



**Anais do Seminário de Pesquisa e  
Produtividade da FESV e FESVV**

## **EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA NO BRASIL E EM PORTUGAL: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

**Fábio Luiz Alves de Amorim<sup>1</sup>**

### **INTRODUÇÃO**

Diante do cenário de pandemia que enfrentamos, causada pelo novo Corona vírus, um número expressivo de professores e estudantes foi afastado de suas atividades escolares por todo o mundo. Essa realidade se apresentou de forma, rápida e inesperada, exigindo medidas e regulamentações urgentes em prol da saúde da população. Governos de diversos países seguiram as orientações da OMS – Organização Mundial da Saúde, e com isso, instituíram políticas para a execução das atividades escolares seguindo protocolos de segurança. Essas políticas sinalizadas internacionalmente foram por muitos países confirmadas e publicadas em documentos oficiais e, por outros, ignoradas. Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa produtividade – Faculdade Estácio de Sá de Vitória – ES, a partir da seguinte problematização: É possível garantir uma educação inclusiva em um contexto de crise?

### **OBJETIVOS**

Este estudo tem como objetivo geral a análise de documentos políticos vigentes no Brasil e em Portugal que regulamentam as ações sanitárias e a organização da educação no período de pandemia e como esses se articulam para o desafio de garantir uma educação inclusiva. Para tanto, dividimos esse exercício em 3 objetivos específicos: 1 - identificar as legislações e orientações dos órgãos sanitários internacionais e nacionais; 2 – analisar os impactos das legislações

---

<sup>1</sup> Professor e pesquisador da Faculdade Estácio de Vitória - FESV. A presente pesquisa foi contemplada por meio de bolsa docente no Programa de Produtividade Docente da Universidade Estácio de Sá (UNESA). E-mail: fabio.amorim@estacio.br



## **Anais do Seminário de Pesquisa e Produtividade da FESV e FESVV**

sanitárias nas políticas educacionais de cada país; 3 – contrastar as legislações e orientações do período de pandemia às dos acordos oficializados pelos protocolos de assinaturas assumidos pelo Brasil e por Portugal na garantia de uma educação inclusiva.

### **METODOLOGIA**

Pesquisa de natureza qualitativa do tipo descritiva com os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa documental, uma vez que recorrerá às fontes caracterizadas como documentos oficiais do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação dos dois países. A pesquisa documental para o levantamento dos documentos políticos tanto sanitários como de inclusão de ambos os países, nos anos de 2020 e 2021, terá como base na análise de conteúdo pelo procedimento da “análise temática” (BARDIN, 2009).

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa intitulada: EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA NO BRASIL E EM PORTUGAL: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA - está em andamento, na fase de busca nos sítios digitais oficiais dos governos dos dois países (BRASIL e PORTUGAL). Pelo inesperado processo de contágio e avanço de doenças acarretadas pelo covid-19, cada país adotou medidas de acordo com propósitos diferentes, muitas vezes a partir de intenções políticas e mercadológicas, resultando a um descrédito da classe política internacional, principalmente pela tentativa de negacionismo da ciência.

Por se tratar de uma busca minuciosa e ampla, com o intuito de articular as Legislações tanto do Ministério da Saúde e, a partir delas e por ser uma crise sanitária, com as Legislações e regulamentação do Ministério da Educação do Brasil e de Portugal. Buscou-se entender quais os trâmites e processos que as legislações em Portugal foram pautas. Esse esforço foi dispendioso, pois são várias



**Anais do Seminário de Pesquisa e  
Produtividade da FESV e FESVV**

regulamentações, os decretos e despachos do Governo Português. Foram feitas leituras e busca de descritores das Legislações do site oficial DER - Diário da República Oficial <https://dre.pt/legislacao-covid-19-por-data-de-publicacao>. No Brasil, por meio dos sites <https://covid.saude.gov.br/> <https://www.saude.gov.br/noticias/765-coronavirus/10610-legislacao-sobre-o-coronavirus-covid-19> foram extraídas Legislações, relatórios e ações do período de 2020-2021.

Todos os documentos extraídos dos sites oficiais, que versam a respeito da crise sanitária, estão na etapa de leitura e análise, sequencialmente conforme as mudanças do agravamento da pandemia e para, a partir desse desenho, articular a Legislação sanitária às Legislações e regulamentações direcionadas à educação. A pesquisa está na etapa de busca das Legislações educacionais mais amplas e junto a elas as políticas educacionais direcionadas à educação inclusiva, um processo de pesquisa documental, das fontes caracterizadas como documentos oficiais dos Ministérios da Educação dos dois países.

Nesse processo de levantamento dos documentos políticos tanto sanitários como de inclusão de ambos os países, nos anos de 2020 e 2021, a pesquisa está no início da análise de conteúdo, com procedimento da “análise temática” proposta ancorada em BARDIN (2009). Dos textos políticos estão sendo analisados os significados que deram sentido às temáticas sobre ‘crise sanitária’, ‘afastamento social’ e ‘políticas de inclusão escolar’.

Seguindo nesse esforço, outros estudos e leituras para compreensão e entendimento do processo político envolto a pandemia e o direito à educação foram realizados a partir de Ball, Maguire, Braun (2016). Diante do exposto, considerando a complexidade do tema e, a pesquisa exigiu a catalogação de



## **Anais do Seminário de Pesquisa e Produtividade da FESV e FESVV**

Legislações amplas e que são regulamentadas por outros órgãos oficiais como: Conselho Nacional de Educação, Conselho Estadual de Educação, Secretarias de Estado da Saúde e da Educação.

### **CONCLUSÕES**

A pesquisa está na fase de análise de conteúdo, com procedimento da “análise temática” proposta ancorada em BARDIN (2009). Dos textos políticos estão sendo analisados os significados que deram sentido às temáticas sobre ‘crise sanitária’, ‘afastamento social’ e ‘políticas de inclusão escolar. É importante ressaltar, que os trâmites dos processos legislativos de Brasil e Portugal são totalmente diferentes. Nessa etapa, a percepção é de que a Legislação portuguesa segue um itinerário mais consistente, enquanto a brasileira é instável e com inconsistências ligadas a processos de disputas no interior dos órgãos oficiais. Nessa etapa, a percepção é de que a Legislação portuguesa segue um itinerário mais consistente, enquanto a brasileira é instável e com inconsistências ligadas a processos de disputas no interior dos órgãos oficiais.

### **REFERÊNCIAS**

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em 30 jun. 2021.

PORTUGAL. **Diário da República Eletrônico**. Disponível em <https://dre.pt/legislacao-covid-19-por-data-de-publicacao>. Acesso em 26 jul. 2021.